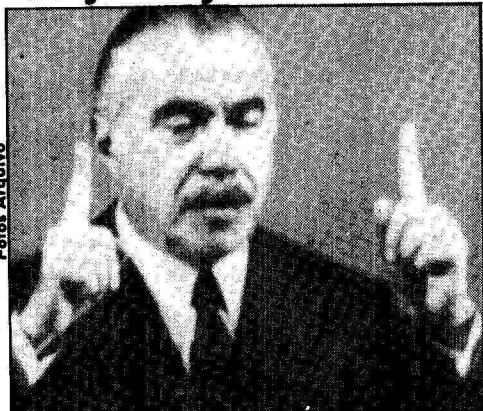


UM ANO DE MORATÓRIA. VALEU O SACRIFÍCIO?

Os juros já voltaram a ser pagos, mas a decisão ainda provoca polêmica.



Sarney: "maior erro".



Funaro: "maior acerto".



Simonsen: críticas.

Valeu a pena? É o que muitos brasileiros devem estar-se perguntando, hoje, um ano após o presidente da República, José Sarney, no dia 20 de fevereiro do ano passado, anunciar pelo rádio e televisão, com ar preocupado, a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Sarney, que chegou a definir a moratória como "uma atitude de fé no Brasil", voltou atrás em seu discurso, declarando que "foi o maior erro", no início deste mês. Em entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, no último dia 8, o ex-ministro da Fazenda, Delfino Neto, considerou a moratória como "o maior acerto". E classificou como "incompetentes e sem seriedade" os cálculos do também ex-ministro Mário Henrique Simonsen, segundo os quais a moratória custou US\$ 1 bilhão ao Brasil.

Seja como for, a medida não rendeu os dividendos esperados pelo governo, tanto na recuperação de sua imagem política, abalada com o fracasso do Cruzado, como na área externa, obrigando os credores a ceder em sua exigência de levar o Brasil de volta ao Fundo Monetário Internacional. Estes dois objetivos estavam por trás da decisão, segundo dois ex-assessores de Funaro, os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello, que participaram diretamente da preparação da moratória e que discordaram da forma proposta por Sarney.

"Eu convoco os políticos, os trabalhadores, os empresários, o capital e o trabalho, estudantes, igrejas, o povo todo, para ajudar o Brasil nesta hora. Hora grave." Tal gravidade era traduzida, na época, pelos números pouco favoráveis ao País, cuja dívida chegou a US\$ 109,3 bilhões, em junho de 1986, conforme anúncio do Banco Central, em abril de 1987. Se o Brasil quisesse pagar a parte vencida em 87, entre o principal e os juros, teria que desembolsar US\$ 26,7 bilhões, uma verdadeira fábula diante da combalida situação da balança

comercial, onde o superávit de US\$ 12,5 bilhões de 85 foi transformado num déficit de US\$ 42 milhões, em janeiro de 1987.

Além desses números, havia ainda uma outra agravante. As reservas cambiais do País, que já foram de US\$ 11 bilhões e caíram para US\$ 3,962 bilhões, conforme o discurso de Sarney em 20 de fevereiro, ficando abaixo da faixa de risco (US\$ 5 bilhões) estipulada pelo presidente, com a concordância de Funaro, confirmada no "Roda Viva". O anúncio da moratória passou por pelo menos duas reuniões reservadas, em janeiro, uma no Palácio da Alvorada, onde Sarney inteirou-se das vantagens e dos riscos, e outra no Planalto, entre o presidente, Funaro e o secretário particular da Presidência, Jorge Murad. A decisão foi submetida também aos 31 membros do Conselho de Segurança Nacional, que não se reunia desde 1979.

Nesta última reunião, foram definidos os parâmetros da negociação externa baseada em quatro pontos: crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5% em 87; obtenção de recursos novos no montante de US\$ 4 bilhões; redução do spread (taxa de risco) ao nível de 0,875%, o mesmo concedido ao México; fechamento de um acordo multianual, com um prazo de carência para o pagamento da dívida e que desse mais tempo para a recuperação econômica do País. Mas, diante da resistência dos credores, o governo foi cedendo em sua estratégia, chegando ao ponto, segundo relatou Belluzzo, de enviar um emissário para falar com Paul Volcker, então presidente do FED (Banco Central Americano), ao mesmo tempo em que Funaro negociava com os banqueiros nos Estados Unidos.

Nem Funaro nem Bresser Pereira conseguiram fechar um acordo de longo prazo com os credores, na vigência da moratória. Depois de 21 dias de negociações, entre setembro e novembro, o Brasil conseguiu apenas um acordo provisório, comprometendo-se a desembolsar US\$ 1,5 bilhão de

suas reservas, para pagamento dos compromissos de 87, com uma contrapartida dos bancos no valor de US\$ 3 bilhões. Ao concluir o acordo, o negociador brasileiro, Fernão Bracher, afirmou que "ele não significa o fim da moratória, pois os juros de janeiro em diante estão sujeitos a negociação".

Parte dos juros vencidos em janeiro de 88 (US\$ 350 milhões) foram pagos pelo Brasil, já na gestão de Mailson da Nóbrega no Ministério da Fazenda, antes do acerto final, pondo fim à moratória. A iniciativa brasileira foi classificada pelo ministro chefe do Gabinete Civil, Costa Couto, como "um gesto de boa vontade". A volta do Brasil ao FMI, defendida em termos vagos no acordo provisório, passou a ser defendida como uma nova estratégia do governo. Mailson da Nóbrega afirmou, no início deste mês, que a moratória resultou em prejuízo financeiro ao Brasil, em decorrência do pagamento de spreads mais altos nas empréstimos de curto prazo, além de prejudicar a imagem de "bom pagador" do País.

Referindo-se apenas a Simonsen, Funaro rebateu estes dois argumentos contra a moratória. Em relação aos spreads, o ex-ministro disse que pelo acordo que ele assinou com o Comitê dos Bancos Credores, em dezembro de 86, as taxas só seriam definidas após o acerto final. E, quanto à imagem do Brasil no Exterior, Funaro afirmou que o que mais preocupa o investidor estrangeiro é a falta de mercado. Disse também que o que afasta os investidores é o fato de o País ter que renegociar a dívida a cada seis meses. E a perda de US\$ 1 bilhão não existiu, segundo Funaro: "Ela não existe. Eu tenho dificuldades para entender os argumentos de quem passou pelo Ministério da Fazenda, onde acumulou muitas informações, e depois senta no conselho de um banco credor". Simonsen integra o conselho do Citicorp, credor de US\$ 3,9 bilhões do Brasil.

Maroni J. da Silva